



Revista de Ciências da Administração

ISSN: 1516-3865

rca.cse@contato.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina  
Brasil

de Faria, José Henrique; Kanashiro Meneghetti, Francis; de Stefani, Dorival  
Razão tradicional e razão crítica: os percursos da razão no ensino e a pesquisa em  
administração na concepção da teoria crítica  
Revista de Ciências da Administração, vol. 18, núm. 45, agosto, 2016, pp. 140-154  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273546627010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## RAZÃO TRADICIONAL E RAZÃO CRÍTICA: OS PERCURSOS DA RAZÃO NO ENSINO E A PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO NA CONCEPÇÃO DA TEORIA CRÍTICA

*Traditional Sense and Reason Critical: the routes of reason in teaching and research in administration in understanding of critical theory*

*José Henrique de Faria*

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. PR. Brasil. Professor Titular do PPGS/ISAE-PR. Curitiba. PR. Brasil. E-mail: [jhfaria@gmail.com](mailto:jhfaria@gmail.com)

*Francis Kanashiro Meneghetti*

Professor do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. PR. Brasil. E-mail: [fkmeneghetti@gmail.com](mailto:fkmeneghetti@gmail.com)

*Dorival de Stefani*

Professor da UNINTER. Curitiba. PR. Brasil. E-mail: [dorivaldestefani@gmail.com](mailto:dorivaldestefani@gmail.com)

### Resumo

Questionar a razão que constrói as razões é condição essencial para compreender como se constitui, na atualidade, o ensino e a pesquisa em Administração. Para tanto, o objetivo central deste trabalho é refletir sobre a prática científica caracterizada pela Razão Tradicional (Ciência Moderna) e pela Razão Crítica. Não se trata de avaliar o *status* dessas razões, mas de propor uma reflexão sobre a prática científica. Assim, faz-se mister verificar o que é razão, sua relação com o Iluminismo e o que se entende por *Eclipse da Razão*; o entendimento e as características da Razão Tradicional e sua relação com o capitalismo e o progresso; o entendimento e as características da Razão Crítica e sua relação com o materialismo histórico; a relação entre Razão Tradicional e Razão Crítica. A Razão Crítica supera a Razão Tradicional não por negação, mas por incorporação. A Razão Crítica que questiona os porquês, as utilizações, os interesses, as consequências históricas e os resultados obtidos pela ciência.

**Palavras-chave:** Razão Crítica. Razão Tradicional. Ciência Moderna. Administração.

### Abstract

Question the reason that builds the reasons is essential for understanding how, are lately, teaching and research in management. Therefore, the main objective of this paper is to reflect about the scientific practice characterized by the Traditional Reason (Modern Science) and the Critical Reason. It is not a question of assessing the status of these reasons, but to propose a reflection about scientific practice. Thus, it becomes necessary to check what is right, its relationship with the Enlightenment and what is meant by Eclipse of Reason; understanding and characteristics of the Traditional Reason and its relationship to capitalism and progress; understanding and characteristics of Reason Criticism and its relationship to historical materialism; the relationship between Traditional Reason and Critical Reason. Reason Critical overcomes the Traditional Reason not by denial, but by incorporation. The Critical Reason questioning the whys, uses, interests, historical consequences, the results obtained by science.

**Keywords:** Critical Reason. Traditional Reason. Modern Science. Administration.





## 1 INTRODUÇÃO

Não é possível dizer que haja entendimento único do que seja razão e tampouco que haja alguma sociedade que a conceba da mesma forma ao longo da própria história. A razão modifica-se, assim como as relações entre os indivíduos e destes com a realidade concreta vivenciada. Todavia, é possível identificar um conjunto de pressupostos, aceitos, compartilhados, questionados e modificados pela interação dos sujeitos – individuais e coletivos – ao longo de um período histórico com a finalidade de compreender a realidade. O conhecimento verdadeiro é o projeto de toda epistemologia desde os filósofos antigos.

Na modernidade, a razão é a força que procura libertar os homens do mito, do preconceito, da inércia, do dogma, da falsa consciência, da mera aparência, do ineditismo e do mecanicismo. É a faculdade de compreensão da realidade por meio do entendimento do mundo real e como este modifica a consciência dos sujeitos. No entanto, a racionalidade esbarra no idealismo, nas abstrações, nos modelos estruturados, nas funções, na lógica dos conceitos e nas reduções.

O conceito de razão, quando consumado por um entendimento materialista histórico da realidade e tem a dialética como elemento central na sua construção, não deixa de levar em conta a subjetividade. Embora o cognoscível se dê pela primazia do objeto, ou seja, o que o homem pode conhecer é criado e reformulado constantemente pela interação do sujeito (sua consciência) com o objeto, isso não significa a negação da abstração e dos motivos do espírito.

A Ciência Moderna (não se esquecendo de que não há uma única ciência, mas várias, cada uma delas ligada ao seu período histórico e baseada em elaborações epistemológicas específicas) é caracterizada pela influência do Iluminismo. A maior defesa da Ciência Moderna está em ressaltar que esta possibilitou a dominação da natureza pelos homens. Exemplos disso são os conhecimentos sobre a energia atômica, a genética, a nanotecnologia, a compreensão do espaço, a produção, enfim, tudo que se confirme por responder às necessidades humanas.

O objetivo central deste ensaio é refletir criticamente sobre a ciência caracterizada pela Razão Tradicional (Ciência Moderna) e pela Razão Crítica.

Não se trata de avaliar o *status* destas razões, mas de propor uma reflexão sobre a prática científica. Tampouco se trata de uma questão nova, mas é ainda um tema necessário para apontar a relação entre a ciência e a lógica da produtividade capitalista como fator de progresso. Para tanto, serão verificadas estas questões:

- a) O que é razão, sua relação com o Iluminismo e o que se entende por *Eclipse da Razão*.
- b) O entendimento e características da Razão Tradicional e sua relação com o capitalismo e o progresso.
- c) O entendimento e características da Razão Crítica.
- d) A relação da Razão Tradicional e da Razão Crítica.

Adicionalmente, procurar-se-á, a título de conclusão, relacionar as reflexões esboçadas ao longo deste estudo com o campo da Administração, procurando extrair desse campo algumas possibilidades do desenvolvimento de uma teoria crítica.

As reflexões aqui apresentadas são fundamentadas, principalmente, em Max Horkheimer, um dos fundadores da Teoria Crítica da sociedade e integrante da Escola de Frankfurt. Seus estudos têm como objetivo não apenas contrapor-se ao autoritarismo, ao preconceito, às formas dogmáticas de compreensão do mundo, mas, essencialmente, fazer com que a razão questione os próprios pressupostos, livrando-se, assim, de qualquer tipo de formalização, de dogmatização ou compreensão mecanizada da realidade.

## 2 ECLIPSE DA RAZÃO ILUMINISTA

A razão é uma construção histórico-social. Não é possível pensar, questionar e refletir além dos limites do homem ou da sociedade em que se insere, podendo-se, portanto, falar da multiplicidade da razão, cada qual relacionada a seu contexto. Assim, pode-se falar em razão grega, relacionada aos pensadores gregos antigos, como Sócrates, Aristóteles e Platão, e em razão filosófico-cristã, com São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, entre outros.

Cada sociedade em sua *determinidade* histórica, sua vivência e suas condições materiais e espirituais específicas cria sua forma de compreensão da realidade, baseada

em entendimentos compartilhados e em pressupostos coletivamente aceitos. Em cada período histórico destacam-se pensadores ou um conjunto de ideias que rompem com a forma tradicional de conceber a realidade, naquilo que Bachelard (2006) chama de “ruptura epistemológica”, o que não implica uma renúncia por completo das ideias e dos pressupostos antigos que forneciam sustentação para compreensão daquela realidade. Essa mudança não é gratuita, pois, a consciência do indivíduo não é formada sem que haja relação com o mundo concreto vivido. Não é possível, ainda, deixar de reconhecer que um estado de consciência coletiva negue a história passada em favor de um novo entendimento do presente, uma vez que este só se afirma porque a história o produziu.

Nesse sentido, o Iluminismo ou o Esclarecimento, tal como traduzido em *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) deve ser entendido como “tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão”. Dessa forma, “[...] o Iluminismo é uma tendência trans-epocal, que cruza transversalmente a história e que se atualizou pela Ilustração, mas não começou com ela, nem se extinguiu no século XVII” (ROUANET, 1987, p. 28). Assim, as principais características do Iluminismo são os de “livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19), superar a superstição, imperar sobre a natureza, ter a técnica como essência do saber, destruir a intuição mítica e compreender a realidade por meio da abstração.

A Ciência Moderna é consequência das transformações históricas que se potencializam com o advento do Iluminismo. Tal período é consequência de transformações econômicas e sociais vivenciadas por mudanças concretas. Para Horkheimer (1990, p. 7), a ciência é força produtiva, é um fator do processo histórico que exige uma nova compreensão da realidade, sobretudo da produção, que tem como objetivo atender às necessidades de consumo dos indivíduos e, sobretudo, auxiliar o homem a dominar a natureza. No entanto, a razão inerente à Ciência Moderna apresenta contradições, porque se tornou mero “[...] instrumento útil para os fins da vida diária, que deve emudecer, entretanto, frente aos grandes problemas e ceder lugar às novas forças mais substanciais da alma.” (HORKHEIMER, 1990, p. 8).

A crise da ciência tem sua origem antes mesmo da ascensão do Iluminismo, pois,

[...] o processo histórico trouxe consigo um aprisionamento da ciência como força produtiva [...] Além disso, a ciência, [se entendida] como meio de produção, não está sendo devidamente aplicada. A compreensão da crise da ciência depende da teoria correta sobre a situação atual, pois a ciência como função social reflete no presente as contradições da sociedade. (HORKHEIMER, 1990, p. 12)

A razão que o Iluminismo cria, no entanto, não se consolida apenas na Ciência Moderna, pois a filosofia que a fundamenta tem seus representantes, entre eles, os pragmáticos William James, John Dewey e Charles S. Peirce, criticados por Horkheimer (2000) em *Eclipse da Razão*, sendo possível, portanto, argumentar que não só a filosofia fundamenta o pragmatismo, mas também o empirismo, o neopositivismo e a concepção dos enciclopedistas, os quais solidificaram a razão atual.

Há uma crise de ordem filosófica, que se apresenta como crise da razão e que se manifesta pela ascensão do irracionalismo, da renúncia da ordem moral, das posturas autoritárias, da primazia dos interesses econômicos sobre os sociais. Todos esses exemplos aderem à afirmação da Razão Tradicional, norteadora das ações e das regras que regulam a sociedade pela valorização apaixonada do utilitarismo, pela razão instrumental, pelo cálculo quantitativo e pelo fetiche do progresso. O que é vivenciado, desse modo, é um Eclipse da Razão (HORKHEIMER, 2000), em que esta é reduzida à “[...] faculdade de classificação, inferência e dedução, não importando qual o conteúdo específico dessas ações: ou seja, o funcionamento abstrato do mecanismo do pensamento”. Essa razão, denominada razão subjetiva por Horkheimer, está relacionada a meios e fins e consolida-se como racionalidade técnica e racionalidade instrumental.

### 3 RAZÃO TRADICIONAL E O FETICHE DO PROGRESSO

A crença que os enciclopedistas iluministas depositavam na razão como elemento libertador dos homens caiu em “descrédito”. No entanto, afirmar que o projeto da razão iluminista fracassou integralmente



é denotar que ela não é completamente deturpada ou inconsistente. É certo que a Razão Tradicional, entendida aqui como racionalidade técnica e/ou instrumental, não pode livrar os indivíduos da dominação do homem pelo homem; todavia, sua contribuição no processo de “controlar” a natureza provoca um significativo ganho social.

Para Horkheimer, a razão quando passa a ser racionalidade instrumental perde sua força emancipatória. Nas palavras de Rusconi (1969, p. 194) “[...] la razón científica – en su exactitud formal – está encaminada a la operatividad cotidiana, pero se aparta de la comprensión de la sociedad como totalidad. De esta forma desempeña una función conservadora del orden existente”. A operacionalização do uso da razão como instrumento de dominação, seja ela de qualquer natureza, já é condição primeira para o engessamento da razão no seu sentido amplo e maior. Por isso, Horkheimer e Adorno (1991, p. 22) afirmam que “[...] a própria razão tornou-se mero instrumento auxiliar do aparato econômico que tudo abrange”.

Inseridos em um sistema econômico em que a busca pelo lucro é a regra, a razão, transformada em racionalidade técnica, tornou-se instrumental, ou seja, mais uma forma de diferenciação na busca e manutenção do domínio sobre o outro. Entende-se por outro, a natureza, sem excluir os homens. Tentar dominar a natureza, ou melhor, torná-la submissa à lógica dos interesses individuais, é um processo de sujeição que provoca reações adversas nos dominadores. Como nada é estático, ou tende a simples inércia, há a possibilidade da ruptura do conceito de razão como sendo simplesmente um aparato instrumental. Para que tal fato ocorra, primeiro é necessário romper com as concepções que caracterizam o sentido atual de razão.

No século XX a razão se tornou oportunista. Como não pode progredir sem os grandes meios de que só os Estados dispõem, ela perdeu sua autonomia; tornou-se uma prestadora de serviços. Sua essência já não é teórica, mas instrumental. (SAINT-SERNIN, 1998, p. 196)

Por esse motivo desalentador da atual concepção de razão, conforme argumenta Kant (2000), ela necessita de uma “disciplina” para si mesma, apesar de ela mesma ser o princípio gerador da disciplina e do progresso em geral. Na atualidade, o sentido de

disciplina e de progresso também atingiu a lógica da inércia do não questionamento da realidade social. A ausência do pensamento dialético provocou

[...] a uniformização da função intelectual, por força da qual se perfaz a dominação sobre os sentidos, a resignação do pensar à produção da unanimidade, [o que] significa um empobrecimento tanto do pensar como da experiência. (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 26)

É mais uma das formas que denuncia a despreocupação de fazer os indivíduos serem donos dos próprios pensamentos. É a negação da oportunidade dada à sociedade de se transformar cada vez mais e direcionar seus esforços na direção da supressão de qualquer forma de violência. A crescente banalização da violência leva a certos absurdos sociais, “[...] na qual a violência do sistema sobre os homens cresce a cada passo que os liberta da violência da natureza, denunciando como obsoleta a razão da sociedade racional.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 28).

Por estar inserido no mundo economicista das transformações aparentes e superficiais, “[...] ao ser pressionado para dar uma resposta, o homem médio dirá que as coisas racionais são as que se mostram obviamente úteis, e que se presume que todo homem racional é capaz de decidir o que é útil a ele” (HORKHEIMER, 2000, p. 13). Essa concepção pragmatista-utilitarista, contudo, desconsidera que o indivíduo racional é expressão estante da não reflexão social. As críticas tornam-se previsíveis e, muitas vezes, meras reproduções de pensamentos expostos por uma autoproclamada mídia crítica, interessada em suas próprias elaborações com fins propriamente políticos. O crédito na imagem do outro passa a ser a moeda das relações críticas sociais. A razão, dessa forma, passa a ser mais uma mercadoria, como outras quaisquer.

Como sugere Broner (1997, p. 95), apesar de chegar a afirmações tão “pessimistas” como essas, “[...] o pensamento [de Horkheimer] mudou ao longo dos anos. Mas, Max Horkheimer nunca renunciou a seu compromisso com a teoria crítica. Uma preocupação com a negação do sofrimento e a força emancipatória da subjetividade livre nunca o deixou”. A luta para tornar cada indivíduo dono do próprio pensamento sempre foi uma constante na trajetória desse autor.



Para compreender ainda melhor essa limitação da razão, é preciso identificar o que levou a razão, desde a época do Iluminismo até a atualidade, a perder suas características essenciais como força emancipadora.

Não se pode negar que

Somos os herdeiros, para melhor ou pior, do Iluminismo e do progresso tecnológico. Opor-se aos mesmos por um regresso a estágios mais primitivos não alivia a crise permanente que deles resultou. Pelo contrário, tais expedientes nos conduzem do que é historicamente racional às formas mais horrendamente bárbaras de dominação social; o único meio de auxiliar a natureza é libertar o seu pretensão opositor, o pensamento independente. (HORKHEIMER, 2000, p. 130)

É importante esclarecer que Horkheimer não se opõe à evolução tecnológica; tampouco, aos ganhos que a ciência adquiriu durante as transformações históricas. Sua incondicional luta é sempre contra a dominação do homem sobre o homem. Para fundamentar tal luta, é natural que sua atenção esteja voltada para a forma como a ciência evolui e para as consequências decorrentes dela: por essa perspectiva, a razão tornou-se seu objeto de estudo. Na tentativa de encontrar respostas para as incoerências sociais e humanas, que nem de longe foram solucionadas pelos avanços científicos, o seu objeto de crítica reflexiva passa a ser a razão. Por essa linha de raciocínio, é possível identificar alusões entre a razão e a natureza:

A razão, embora servindo à função de dominar a natureza, é gradualmente reduzida a ser uma parte da natureza; não é uma faculdade independente, mas algo orgânico, como tentáculos ou mãos, que se desenvolve através da adaptação às condições naturais e sobrevive porque demonstra ser um meio adequado de dominá-las, particularmente no que se refere a adquirir comida e evitar o perigo. (HORKHEIMER, 2000, p. 127)

Com o intuito cada vez maior de dominar a natureza e de transformá-la para o próprio benefício, os indivíduos passaram a idolatrar a ciência, direcionando os discursos proféticos e milagrosos aos avanços dela decorrentes. O conceito de progresso passa a ser atribuído não à razão no seu sentido mais amplo, mas à sua expressão parcial, à racionalidade técnica. Com esse

novo sentido de progresso, os questionamentos sobre as contradições naturais surgidas como consequências do avanço científico e técnico ganham destaque. As ciências humanas (Filosofia, Sociologia, Antropologia e outras) são secundárias do ponto de vista dos interesses do sistema de capital, se não são capazes de gerar resultados econômicos. A subordinação da ciência à ideologia dominante, que busca incessantemente o acúmulo da riqueza dos grupos minoritários, subverte os interesses coletivos (HABERMAS, 1997). As novas descobertas científicas que não se encaixam nessa lógica do capital estão fadadas à “marginalidade” do conhecimento social.

O emprego de todos os meios físicos e intelectuais de domínio da natureza é impedido pelo fato de esses meios, nas relações dominantes, estarem subordinados a interesses particulares e conflitivos. A produção não está dirigida à vida da coletividade nem satisfaz às exigências dos indivíduos, mas está orientada à exigência de poder de indivíduos e se encarrega também da penúria na vida da coletividade. Isso resultou inevitavelmente da aplicação, dentro do sistema de propriedade dominante, do princípio progressista de que é suficiente que os indivíduos se preocupem apenas consigo mesmos. (HORKHEIMER, 1991, p. 48)

Essa exacerbação do conceito de razão como racionalidade técnica reduz a capacidade de questionamento dos avanços científicos, no que tange às reflexões filosóficas, sociológicas e históricas. Incorporadas aos interesses dominantes, a utilização dos avanços científicos é aquela que melhor atende aos interesses dessa classe. Para comercializá-la, indagações fundamentais dos interesses coletivos não são feitas. Os cientistas, nesse modelo, passam a ser parte do processo de trabalho, que é “[...] um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas, que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega” (MARX, 2001, p. 219).

A perda da capacidade questionadora da nova realidade criada pelos avanços científicos alimenta a cisão da neutralidade da ciência. Subordinada aos interesses do capital, a ciência deixa de produzir conhecimento socialmente vinculados, passando, portanto, a atender interesses mercantis. De forma significativa, os financiamentos para desenvolvimentos de pesquisas,



mesmo os das agências públicas de fomento, ao enfatizarem as demandas e as parcerias com o sistema de capital, persistem também nessa esfera, na medida em que beneficiam projetos de pesquisas com potencial para produzir maior rentabilidade aos interesses desse sistema. Ainda que haja aporte de recursos para atender os interesses coletivos sem se curvar aos interesses econômicos, o volume relativo de aporte financeiro para pesquisas socialmente vinculadas são reduzidos e, muitas vezes, escassos<sup>1</sup>.

Toda essa subordinação à lógica econômica é decorrente do avanço do capitalismo como sistema econômico predominante. Após a Revolução Iluminista, a forma de organização dos meios de produção favoreceu a valorização da técnica. Como base nesse avanço técnico, algumas correntes de pensamentos foram fundamentais para a expansão, do modo capitalista de produção, sendo as do positivismo, do funcionalismo e do pragmatismo as mais expressivas. Pensadores não diretamente vinculados à Escola de Frankfurt (Lukács, Gramsci, por exemplo) já haviam feito significativas críticas à tendência dogmatizadora dos métodos de análise da realidade social. No entanto, é com os intelectuais dessa escola que a crítica ganha relevância. Horkheimer, por exemplo, atribui o conceito de Teoria Tradicional a esses dois métodos de análises, fundamentando sua crítica não contra o positivismo, o pragmatismo ou o empiriocriticismo propriamente ditos, mas contra a tendência totalitária dessas formas de análises em todas as esferas das ciências.

Estudando as contribuições marxistas sobre o trabalho, Horkheimer (1991, p. 50) percebe que a

[...] figura tradicional da teoria, da qual a lógica formal é uma parte, pertence ao processo de produção por efeito da divisão do trabalho em sua forma atual. [...] A teoria como momento de uma *práxis* que conduz a novas formas sociais não é uma roda dentada de uma engrenagem em movimento.

A divisão do trabalho, mais propriamente a propriedade privada, é que leva à alienação. A separação do objeto produzido do ser que o produz é decorrente da organização dos meios de produção. A lógica formal

funciona como mantenedora da separação entre produto e produtor; suas contribuições estão fundadas para perpetuar a separação que garante a reprodução das diferenças econômicas e sociais. O trabalho, que em tese deveria ser a base constitutiva da práxis dos indivíduos como seres sociais, torna-se apenas mais uma esfera que perpetua a dominação do homem pelo homem, como já propunha Marx (2012) nos Manuscritos.

Para aceitar essa condição “imposta”, a ideologia é o mecanismo que procura manter estáveis tais relações econômicas e sociais, alimentando-se, para isto, também da teoria tradicional. As reproduções das leis, verificadas no sistema positivista, são engessadas como verdades quase absolutas. Por esse motivo, “[...] quanto mais as idéias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com um significado próprio. São consideradas como coisas, máquinas.” (HORKHEIMER, 2000, p. 30).

A Razão Tradicional, expressa na racionalidade técnica, vem a ser elemento essencial na formação da concepção de progresso aceita e valorizada na sociedade. “O progresso da civilidade ocorrido desde o século XVIII até o início do XX foi obtido preponderantemente ou em sua totalidade sob a influência do Iluminismo” (HOBBSAWM, 1998, p. 270). O discurso predominante aponta esse conceito de progresso como o único meio de “guiar” a evolução dos indivíduos e da sociedade, ainda que impregnado de ilusões, tal como a crença incondicional de que as ciências podem explicar tudo. As ciências são fontes de respostas, mas, ao mesmo tempo em que respondem a uma indagação, criam outras tantas que necessitam ser respondidas. A proposição da Teoria da Relatividade por Einstein trouxe respostas significativas para a física; entretanto, suas descobertas questionaram princípios fundamentais da física quântica, aceitas quase que inquestionavelmente antes dessa teoria. E mesmo a teoria de Einstein vem sendo questionada a partir dos experimentos no laboratório de acelerador de partículas.

O progresso é “[...] a crença de que os acontecimentos históricos desenvolvem-se no sentido desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente” (ABBAGNANO, 2000, p. 799). O desejável, que em tese deveria corresponder ao consenso coletivo como orientador do processo histórico, é apropriado por poucos. O destino social, portanto, não é uma escolha social ampla, mas uma condição imposta pelas elites que dominam a técnica e, conseqüentemente, condiciona sua utilização.

1 Como se sabe, desde Poulantzas (1977), o Estado, enquanto fator de coesão da manutenção da unidade de uma formação social específica, também precisa dar curso às demandas de frações não dominantes para garantir sua legitimidade como Estado Capitalista.

O emprego da técnica, no fomento crescente da tecnologia, é incorporado nas ações sociais e no sentido de progresso. A cada nova descoberta, a tecnologia é contemplada com discursos proféticos de soluções para os problemas humanos. Todavia, essa tecnologia expressa, somente, o desenvolvimento de técnicas com o intuito de dominar a natureza e sua utilização é condicionada à aplicação como instrumento, denominando, assim, a chamada racionalidade instrumental.

A razão engendradora nesses avanços técnicos é de natureza formal, baseada nas leis e aplicações que destituem o questionamento coletivo das consequências que levam à sua utilização ou à apropriação desses conhecimentos por alguns poucos. Assim,

A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais e uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de dominação e controle. (MARCUSE, 1999, p. 74)

Como a sociedade encontra-se seduzida pelo fetiche do progresso, à medida que novos produtos são apresentados aos consumidores, a esperança de que possam satisfazer seus desejos é renovada. Todavia, não é o consumidor quem escolhe as mercadorias a serem produzidas e tampouco a forma como o são, mas o inverso. Muitas das técnicas atuais de *marketing* são desenvolvidas com o objetivo de colocar no mercado determinados produtos para serem consumidos por públicos alvos específicos. Esse processo separa aqueles que não possuem renda compatível para a compra de determinadas mercadorias, daqueles a quem estas são destinadas, em um movimento de inclusão e exclusão das possibilidades de consumo.

Assim, a sociedade de produtores e consumidores, consequência das relações de produção atuais, é importante para acentuar as diferenças sociais. Aqueles que, por exemplo, não têm renda suficiente para pagar tratamentos genéticos sofisticados, manter a alimentação saudável ou mesmo ter o tempo necessário de descanso para o seu bem-estar social, se não forem subsidiados por políticas públicas específicas, são banidos dos ganhos obtidos pelos avanços científicos. A razão que justifica e legitima esse sistema econômico

insere-se mais propriamente em uma racionalidade superficial, em que o pressuposto básico é antes a separação da sociedade em classes de produtores e consumidores do que para um sistema capaz de prover a igualdade entre os indivíduos através do consumo social de mercadorias.

A produção em massa necessita da tecnologia para promover o ganho de produtividade e eficiência na produção. No entanto, o uso dessa tecnologia, baseada na racionalidade técnica, nem sempre traz benefícios que atinjam, democraticamente, a todos. Todo discurso que apresenta a tecnologia como solução para os problemas do homem está em conformidade com o princípio da técnica como elemento central na evolução material dos meios de produção; entretanto, não corresponde totalmente à necessidade do avanço material da sociedade. Enquanto a evolução material limita-se ao uso da técnica nos meios de produção, todos os fatores dele decorrentes são excluídos da análise mais crítica das possíveis consequências trazidas pela racionalidade técnica, ou seja, a técnica incrementa a melhora da produtividade, da eficiência, do gerenciamento, da redução de desperdício; todavia, todos os problemas causados por essas melhoras, tais como a precarização do trabalho e sua intensificação e o incremento aumento de doenças psicossomáticas no trabalho, não são colocados nos debates cotidianos senão pela crítica.

Por esse motivo,

O progresso [no sentido ideal da palavra] não é doação espontânea da técnica, mas uma construção intencional, pela qual os homens decidem o que deve ser produzido, como e para quem, evitando ao máximo os custos sociais e ecológicos de uma industrialização selvagem. Esse progresso não pode depender nem de decisões empresariais isoladas nem das diretrizes burocráticas de um Estado centralizador, e sim, de impulsos emanados da própria sociedade. (ROUANET, 1987, p. 31-32)<sup>2</sup>

O sistema capitalista faz da ciência mais uma das várias mercadorias comercializáveis. Os trabalhadores encontram-se alienados dos resultados de sua produção, inclusive dos conhecimentos que conseguiram gerar nos processos de trabalho, como já se sabe desde o advento da Organização Científica do Trabalho

<sup>2</sup> Acrescente-se: da sociedade organizada.





(FARIA, 2004). As apropriações dessas descobertas são e foram utilizadas para atender a interesses particulares, muitos deles representando a barbárie humana. A construção da bomba atômica, das armas químicas e das armas de fogo utilizadas nas guerras e a elaboração de planejamentos táticos para se vencer as batalhas são apenas alguns dos exemplos do uso da razão técnica para a barbárie (MÈSZÁROS, 2002). Por isso,

[...] hoje as sociedades humanas estão falindo, mas sob condições em que os padrões de conduta pública permanecem no nível a que foram reduzidos nos períodos anteriores de barbarização. Até agora não deram nenhum indício significativo de estarem novamente se elevando. (HOBBSBAWM, 1998, p. 271)

É com essas reflexões, acerca da Teoria Tradicional, que Horkheimer chega à afirmação de que a sociedade capitalista tende a ser totalitária. Esse sistema reduz as possibilidades daqueles que não querem se submeter à sua lógica, levando-os, quase que inevitavelmente, à escassez material e econômica. A ideologia, fundamentada nos meios de produção impostos por condições materiais de existência, submete os indivíduos a pensarem que só há uma possibilidade para obter o progresso, que é a adoção dos princípios capitalistas de produção e consumo. Essa ideia pode ser facilmente verificada pela observação de que muitas sociedades reduziram seu sentido de felicidade ao simples ato de produzir e consumir. As implicações dessa forma de ver o mundo excluem os indivíduos de relações mais solidárias. O individualismo valoriza-se frente à individualidade e ganha novo *status* de valor moral. As relações impessoais intensificam e engendram a tolerância das diferenças sociais. Para serem mantidos como sistema dominante, alguns discursos devem ser fundamentalmente ilusórios. Entre os discursos possíveis, o que mais se destaca, na atualidade, é a relação que se faz entre tecnologia e progresso.

## 4 RAZÃO CRÍTICA

A fundamentação de uma Razão Crítica está baseada na possibilidade constante das reavaliações necessárias sobre a realidade que envolve a sociedade. Contrário a isto, leis definitivas não são compatíveis com a lógica das transformações constantes e fomen-

tam as mesmices do pensar linear. Enfim, são o cerne da imutabilidade do mundo material e imaginário. Perpetuam-se como verdades incomensuráveis e inquestionáveis, tornando os indivíduos passivos, fazendo com que aceitem sua realidade sem questionamentos, destituindo-os, desse modo, de serem donos do próprio destino.

Na iminente necessidade de mudar essa realidade, a Razão Crítica transforma-se constantemente. Suas bases questionadoras são permanentes e suas fundamentações são consequências das transformações históricas e materiais da história. Uma das características das bases questionadoras é a fuga do determinismo, pois as contradições internas subjacentes são objetos que transformam os conceitos e pressupostos que, a princípio, parecem ser estáticos. Para que essas contradições não sejam o próprio “apri-sonamento” da sociedade, “[...] a razão não pode se tornar, ela mesma, transparente enquanto os homens agem como membros de um organismo irracional.” (HORKHEIMER, 1991, p. 45).

Para compreender de que forma o materialismo histórico constitui a engrenagem do Razão Crítica, é necessário, antes, compreender a sua dinâmica na evolução material e histórica da sociedade. Ao longo da história da humanidade, o conceito de razão tomou vários contornos, todos tangenciados pelas relações materiais de sua época. Na iminência de tornar a natureza “controlável”, os indivíduos buscaram soluções técnicas para compreender os seus fenômenos e utilizá-los em benefício próprio; entretanto, os benefícios decorrentes da capacidade de controlar a natureza não são distribuídos equitativamente. Isso ocorre porque o homem é também parte integrante da natureza e, por assim se constituir, é passível de ser controlador e controlado.

A consciência da sua realidade é outro fator que influencia no entendimento de razão diante da perspectiva histórica. As conquistas técnicas que permitiram ao homem realizar viagens espaciais, decifrar o código genético humano ou transformar matérias-primas em produtos de consumo, hoje estão “enraizadas” no cotidiano dos indivíduos. Essas descobertas, praticamente inimagináveis nas primeiras décadas do século passado, hoje se constituem elementos centrais da vida cotidiana. As mortes decorrentes de infecções bacterianas, que na Antiguidade eram dadas como ações pro-

vocadas por vontade divina, com o desenvolvimento do microscópio e com os avanços da microbiologia, passaram a ser vistas de outra forma: não mais como vontade divina, mas como decorrência das condições materiais. Assim, é inegável que a consciência se modifique conforme a transformação das relações materiais e sociais for acontecendo. O inimaginável e a ficção passam a ser vistos como transitórios, como causas dos conhecimentos que podem ser expandidos e interpretados de outra forma.

Esse processo de transformação histórica em que a consciência individual e coletiva se insere é consequência da dialética das condições materiais de existência e, posteriormente, das relações de produção. Um exemplo é o uso do relógio, pois, com seu aparecimento e o advento de relações econômicas cada vez mais baseadas na produtividade por tempo de trabalho, a noção de tempo se transforma. As horas, os minutos e até os segundos ganham importância no processo de produção. Assim, naturalmente o relógio, que era um produto caro e, portanto, objeto do desejo de consumo, passa a ser de uso comum, instituindo-se como objeto necessário. Não se pode desperdiçar mais tempo, pois “tempo é dinheiro”: essa lógica passa a constituir um dos pressupostos dos novos métodos de produção.

Na atualidade, já não basta o controle do tempo em segundos, na medida em que os milésimos de segundos tornaram-se medida natural de muitas situações. Os supercomputadores que fazem milhões de cálculos, as posições de largada na competição das marcas e fábricas vinculadas aos carros de Fórmula 1 e a infinidade de informações transmitidos pelas redes de dados, são apenas alguns exemplos dessa nova noção de tempo.

Todas essas transformações são fatores elementares na constituição da consciência dos indivíduos. Sua realidade concreta e imaginária passa a ter parâmetros baseados na interação do eu com o objeto, mais especificamente entre o ser e sua realidade material. Essa relação entre ser e objeto, entre o sujeito e o resultado de seu trabalho, está caracterizada fundamentalmente pela separação entre trabalho manual e intelectual. A divisão do trabalho passa a ser divisão social do trabalho, responsável por mudar a forma como a história é concebida e analisada.

A história não é senão a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais exploram os

materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ela modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente; chega-se a desnaturar esses fatos pela especulação, fazendo-se da história recente a finalidade da história anterior. (MARX, 1998, p. 47)

A divisão do trabalho remete a uma divisão social do trabalho. Na interação com o processo de transformação da natureza, cada indivíduo adquire consciência específica, mediada com a consciência histórica da sociedade. Os agentes transformadores da natureza compreendem o mundo através da alienação gerada na divisão do trabalho e na sua relação com as condições materiais de existência. A consciência universal não se consolida pela fragmentação da percepção que os indivíduos adquirem na interação com a realidade. Mesmo os imaginários sociais são consequências dessa interação com o mundo material<sup>3</sup>.

A separação entre mundo material e imaginário traz como consequência a alienação da percepção. São as condições materiais de existência que levam a sociedade a promover as relações de produção. Das novas formas de relações de produção, muito em consequência da nova divisão internacional do trabalho, é que surgem as necessidades de intercâmbios globais de produção e consumo, gerando o que se conhece, na atualidade, como globalização ou, mais propriamente, globalismo (FARIA, 2004). Este, pela relação dialética com o trabalho, transforma suas relações, configurando as novas características de produzir e consumir. Por isso,

[...] la “teoría crítica” denuncia la separación factual entre individuo y sociedad como un producto histórico de la división del trabajo y de clase. [...] En efecto, el funcionamiento del sistema social presentado como mecanismo ‘natural’ es sólo el mecanismo del capitalismo. (RUSCONI, 1969, p. 207)

Como denúncia da fragmentação do mundo em partes isoladas, os métodos tradicionais de análise social destituem a percepção da análise baseada no

3 Não é esta a proposta de Castoriadis (1985), para quem é o imaginário instituído que transforma a sociedade.



todo. Dessa forma, os métodos também estariam “contaminados” por metodologias inadequadas para a percepção da totalidade. A divisão do trabalho constitui igualmente divisão na ciência, mais especificamente dos métodos de análises. Não se pode afirmar que haja algum método que possa descrever a realidade na totalidade; entretanto, é necessário evitar as distorções provocadas por tendências de fragmentações, de análises funcionais, de criação de leis gerais sem levar em conta as particularidades, por evocar generalizações que se perpetuam como verdades inquestionáveis. As teorias se modificam ao longo da história, consequência natural das transformações do universo concreto e da quebra dos limites humanos no plano do conhecimento.

O mundo concreto ocorre independente do homem, que é parte integrante da natureza, e, portanto, agente que se transforma dentro da história da sociedade. Por isso, como

A solução dos problemas reais e decisivos dos quais a humanidade padece, sobretudo no presente momento histórico, depende do resultado das lutas entre grupos sociais, então quem decide sobre a força de uma teoria é, antes de qualquer coisa, a circunstância até onde seu princípio estrutural é decidido pelas tarefas de tal grupo e não pela situação particular do seu autor. (HORKHEIMER, 1990, p. 116)

A consciência histórica é um dos elementos-chave para a formação e transformação da Razão Crítica. Fugindo das generalizações que fundamentam as ideias dominantes, quase sempre expressas pelas elites intelectuais, o materialismo histórico é uma alternativa essencial para as teorizações que se tornam elementos das contradições futuras. Rompendo os limites materiais de existência e modificando as relações de produção, as ideias se modificam ao longo do processo histórico. Teorias que parecem explicar a realidade atual, no futuro serão objetos que denunciam suas utilidades para as formulações das novas teorias que as substituíram.

A Razão Crítica aspira a pensamentos que englobem a conscientização da sociedade e não à imposição das ideias dominantes de cada época. Não se pode negar que haja certa pretensão nessa afirmativa; todavia, é pela emancipação social que a emancipação dos indivíduos se consolida. Apesar de óbvio, a totalidade não pode ser separada das partes. Mesmo que

as limitações humanas sejam o maior obstáculo para a consolidação da emancipação individual e social, sua efetivação só é possível pela busca incessante do esclarecimento. É por essa perspectiva que a Teoria Crítica da Sociedade, proposta por Horkheimer, afirma que a

Separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras impostas à sua atividade, é eliminada na teoria crítica, na medida que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada ao trabalho e pelas diferenças de classes. (HORKHEIMER, 1991, p. 44)

As ideias dominantes são consequências da vida material das classes dominantes, conquanto as formas de visualizar o mundo não fogem das interpretações dos interesses dessas classes. Para reproduzir a vida material de acordo com seus interesses são necessárias condições materiais mínimas para as demais classes sociais. A esperança de pertencer à elite é um dos fetiches que legitimam e intensificam a exploração e as desigualdades materiais e sociais. Com a separação de trabalho manual e intelectual, uma dimensão nova ganha proporções de desigualdade. O mundo do pensar é legitimado por racionalidades que criam justificativas, aparentemente coerentes e justas, mas estas podem ser também formas ilusórias de criar uma sociedade baseada em uma “ditadura das ideias”. Pequenas certezas, expressas em ditados populares, superstições e frases prontas, são colaboradoras do mundo estático que tenta se impor, de forma a amenizar as incertezas sociais que tanto amedrontam os indivíduos, quando se impõe a necessidade de mudar. Para chegar a um pretendido consenso, pequenas frações de formadores de opinião popular apropriam-se de espaços na mídia para reproduzirem ideias que não favorecem o aparecimento do pensamento emancipado de que a sociedade necessita para romper com as ideias dominantes.

As contradições sociais, engrenagem das transformações históricas, são desvirtuadas como necessidades iminentes para as transformações das condições materiais de existência. Com a tentativa incessante de fazer prevalecer as relações materiais dos grupos dominantes, a ideologia é elemento central na manutenção das ideias desses grupos. Os estudos críticos que surgem, nesse contexto, não se comprometem com a emancipação da sociedade, pois a crítica que

fazem se mostra fragmentada e embutida de soluções não democráticas.

Para mudar a realidade social e as “visões” parciais do mundo, as ideias dominantes necessitam ser rompidas. Tal rompimento é condição essencial na postura do comportamento crítico. Não é o pensamento que muda a realidade, mas esta que transforma aquele. São necessárias, portanto, práticas sociais que incorporem, pela consciência crítica dos sujeitos, o entendimento de suas próprias práxis. O mundo das ideias pode influenciar, mas não provoca as mudanças necessárias. A ação concreta é fundamental para romper com os preconceitos, com as préconcepções, com a inércia do pensamento uniforme e unidimensional. Assim,

O comportamento crítico consciente faz parte do desenvolvimento da sociedade. A construção do desenrolar histórico, como produto necessário de um mecanismo econômico, contém o protesto contra esta ordem inerente ao próprio mecanismo, e, ao mesmo tempo, a idéia de autodeterminação do gênero humano, isto é, a idéia de um estado onde as ações dos homens não partem mais de um mecanismo, mas de suas próprias decisões. (HORKHEIMER, 1991, p. 59)

No intuito de mudar a realidade social, faz-se necessário compreender a lógica das transformações históricas, identificar as contradições e vislumbrar a trajetória do encadeamento dos fatos. Identificar a ideologia dominante, o grau de consciência social, a capacidade dos indivíduos de pensarem por si mesmos, é compreender até que ponto a sociedade é capaz de criar seu próprio destino. Desmistificar o andamento da história da humanidade, das barbáries sociais, das formas de alienação presentes na sociedade é procurar compreender a evolução material e dos meios de produção responsáveis pelas mudanças estruturais. Portanto, “[...] el progreso social es siempre una tarea histórica, y no una necesidad mística.” (HORKHEIMER, 1986, p. 136).

O processo histórico engendra a formação da consciência histórica, de que surge a constituição histórica dos indivíduos. Da mesma forma, a sociedade constitui sua história pela sua capacidade de agir em favor ou contra a conscientização individual e coletiva. É por essa perspectiva que Horkheimer afirma que:

O desejo de um mundo sem exploração nem opressão, no qual existiria um sujeito agindo de fato, isto é, uma humanidade autoconsciente, e no qual surgiriam as condições de uma elaboração teórica unitária bem como de um pensamento que transcende os indivíduos, não representa por si só a efetivação desse mundo. A transmissão mais exata possível da teoria crítica é condição para o êxito histórico. Mas essa transmissão não ocorre sobre a base firme de uma *práxis* esmerada e de modos de comportamento fixados, mas sim medida pelo seu interesse na transformação. (HORKHEIMER, 1991, p. 67)

Práxis é a palavra-chave para a constituição da consciência individual e coletiva. A relação entre teoria e prática refletida abriga papel fundamental na formação do ser crítico, voltado sempre para a compreensão das transformações das teorias como consequência natural da dialética das condições materiais de existência e de suas consequências. Por isso, “[...] a teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora” (HORKHEIMER; MARCUSE, 1991, p. 70). O conhecimento que não emancipa é estéril. Está subordinado à inércia de se manter em repouso constante sem possibilitar compreender as transformações sociais. O conhecimento caracterizado pela Razão Tradicional escraviza os indivíduos às parcialidades geradas pelas formas equívocas de compreender as transformações da natureza. São realidades, quase sempre baseadas em pressupostos imaginários, que incorporam a ideologia dominante. Não correspondem à ideia de que “[...] a emancipação de todo indivíduo, em particular, é realizada, exatamente, na medida que a história se transforma, completamente, em História Universal” (MARX, 1979, p. 145).

O compromisso da Razão Crítica é com a emancipação dos indivíduos e da sociedade, uma vez que, isolado desta, o sujeito não existe. Compreender as transformações das relações sociais é condição fundamental para entender seu papel histórico. Compreender as transformações históricas e o papel dos homens nesse processo configura-se como elemento central para romper com os discursos prontos de uma sociedade que tende a mercantilizar, inclusive, o pensamento crítico.





Permitir que as contradições se tornem elementos centrais das mudanças sociais é a afirmação do compromisso com a manutenção da Razão Crítica voltada aos interesses coletivos. Por outro lado, a Razão Tradicional

[...] é capaz de destruir apenas inverdades. [...] O pensamento que revela a irracionalidade só permanece vitorioso se as forças que sustentam uma ideologia perdem em eficácia também por outras razões. A teoria é apenas um elemento no processo histórico. (HORKHEIMER, 1990, p. 108)

Enquanto houver a possibilidade das transformações teóricas de uma sociedade é sinal de que sua existência está se transformando. No entanto, as transformações não são atos isolados. Mesmo que uma teoria seja criada por um único personagem, é a congruência e a aceitação da sociedade, ou de uma parcela dela, que legitimará a aceitação dos seus pressupostos, isso porque:

O indivíduo absolutamente isolado foi sempre uma ilusão. As qualidades pessoais mais estimadas, tais como a independência, o desejo de liberdade, a simpatia e o senso de justiça, são virtudes tão sociais quanto individuais. O indivíduo totalmente desenvolvido é a consumação de uma sociedade totalmente desenvolvida. A emancipação da sociedade, mas o resultado da liberação da sociedade da atomização. Uma atomização que pode atingir o cume nos períodos de coletivização e cultura de massas. (HORKHEIMER, 2000, p. 138)

A sociedade caracteriza-se pela unidimensionalidade porque há considerável número de indivíduos que não primam por pensar sobre sua realidade política, econômica e educacional. A falta de reflexão e de autocritica caracteriza uma sociedade que não consegue vislumbrar a necessidade de modificar sua maneira de ser. As críticas prontas da indústria cultural parecem ser suficientes para aqueles que já assumiram sua condição de indivíduos atomizados dentro de um sistema que o aprisiona também pela omissão.

O projeto de uma Razão Crítica está fundamentado na concepção de que as transformações históricas são as engrenagens do aparecimento das contradições.

Fugir das generalizações é compreender que, para se fazer uma crítica, é necessário incorporar as razões que as fundamentam.

Como certa vez observou Bertolt Brecht: só alguém dentro de uma situação pode julgá-la, e ele é a última pessoa que pode julgar. Uma vez que nossos interesses, crenças e discursos representam aquilo que em princípio nos faz sujeitos, simplesmente desapareceríamos se tentássemos manter distância para uma análise crítica. (EAGLETON, 1998, p. 43)

As críticas de Horkheimer à subversão da razão não são críticas ao avanço da racionalidade tecnológica, mas sim ao uso dessa de maneira a favorecer a dominação do homem pelo homem. As atomizações e o mundo cada vez mais administrado, consequência do avanço técnico decorrente do progresso sistemático da Razão Tradicional, implicam a desumanização das relações sociais. “Se é próprio do homem que seu agir seja determinado pela razão, a *práxis* social dada, que dá forma ao modo de ser (*Dasein*), é desumana, e essa desumanidade repercute sobre tudo o que ocorre na sociedade” (HORKHEIMER, 1991, p. 46). Com o intuito de romper com as práticas desumanas, os indivíduos procuram repensar constantemente suas ações sociais, seja como ato isolado ou como seres participantes do processo histórico.

Uma sociedade mais emancipada caracteriza-se pelo seu poder de crítica e de criatividade. Essa perspectiva é limitada porque tais características encontram-se ameaçadas, pois “[...] o desenvolvimento do ‘sistema’ da civilização industrial substitui os fins pelos meios e transforma a razão em instrumento para atingir fins, dos quais a razão não sabe mais nada” (REALE; ANTISERI, 1991, p. 847). A razão utilizada como instrumento limita os indivíduos em relação ao entendimento do processo histórico. Nesse sentido, a emancipação é reduzida ao esclarecimento, isto é, “produto” de construção social, conhecimento gerado e utilizado por indivíduos reificados. Para romper com essa perspectiva, a emancipação por meio da Razão Crítica é um atributo coletivo, de benefício geral e individual pelo processo dialético ao longo das contradições históricas.



## 5 PERCURSOS DA CIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO: POR UMA CONCLUSÃO

É quase consenso no meio acadêmico de que não há pesquisa científica quando não se aborda o objeto estudado em forma empírica. É preciso, contudo, distinguir a necessidade do campo empírico na elaboração do conhecimento científico, do empirismo tradicional, para o qual somente as fundamentações positivas são campos seguros para a construção científica. Para os empiristas, o ensaio teórico não propicia a devida aproximação com o objeto estudado, pois é como forma redundante de discorrer sobre um mesmo tema já estudado com distanciamento da realidade.

Essa é uma forma de atribuir à ciência na Administração uma concepção pragmática, em muitos casos devido ao não conhecimento de outras dimensões epistemológicas (FARIA, 2012) e de suas contribuições para a construção da ciência. Diante disso, o ensaio teórico é visto com “desconfiança” para o avanço científico. Entretanto, o ensaio teórico (baseado na Razão Crítica que questiona a razão), que contemple objetivos bem delimitados, argumentos fundamentados e justificativas lógicas, é importante para elaborar novos questionamentos, reflexões e críticas a temas já estudados. O ensaio permite questionar as razões (interesses, convicções, valores, morais) por trás dos resultados de pesquisas com verificações empíricas.

O ensaio teórico não é um fim em si mesmo, mas um momento necessário para a reflexão crítica das teorias disponíveis. A pesquisa de decorre de uma investigação a partir do concreto é, sem dúvida, a que permite o conhecimento renovado, mas ela também exige uma crítica teórica. Como exposto no início, o objetivo deste ensaio é refletir criticamente sobre a ciência caracterizada pela Razão Tradicional (Ciência Moderna) e pela Razão Crítica. Não se trata de avaliar o *status* destas razões, mas de propor uma reflexão sobre a prática científica. Embora não seja um tema novo, é ainda necessário para apontar a relação entre a ciência e a lógica da produtividade capitalista como fator de progresso. Os ensaios permitem a elaboração de questionamentos sobre o que se pode fazer com os conhecimentos já criados pelas ciências. Na prática da Administração (caracterizada pela Ciência Moderna), por ser tida como força produtiva na construção de conhecimentos que têm como fim proporcionar eficácia

e eficiência na produção, gestão, comercialização de produtos, a forma como a Razão Tradicional impera evidencia o predomínio do uso técnico e instrumental do conhecimento. A ascensão do Iluminismo e a solidificação da razão para fins utilitários fizeram com que os resultados se materializassem em produtos de domínio da natureza. A consolidação dessa razão é a afirmação da Razão Tradicional, legitimada pelo fetiche do progresso que o capitalismo engendra.

Assim, a Razão Tradicional constitui manifestação direta da evolução das relações de produção estabelecidas na sociedade. No entanto, toda situação tem sua contradição. A promessa da distribuição dos benefícios do progresso para todos e da consolidação do capitalismo, como opção democrática e igualitária, não se evidencia na realidade, como apontam as estatísticas oficiais. A Razão Crítica, como empreendimento que visa compreender a totalidade por uma perspectiva histórica analisando as contradições inerentes ao capitalismo, a partir da compreensão de como as forças produtivas, os meios de produção e as relações sociais estavam organizados historicamente e evoluíram, somada à forma como se apresentam na atualidade, analisa dialeticamente como a sociedade se constitui.

A relação entre Razão Tradicional e Razão Crítica não é de oposição, mas de superação por incorporação da segunda pela primeira, ou seja, a Razão Crítica não nega nem rejeita os avanços possíveis, mas questiona a utilização desses avanços e as consequências de seu uso inadequado para a sociedade.

Assim, enquanto a Razão Tradicional possibilita o avanço material e imaterial no campo da Administração por meio da produção de tecnologia, de conhecimentos específicos, da criação de modelos que visam sistematizar e orientar o progresso da dominação da natureza pelos homens, a partir da razão técnica e instrumental, a Razão Crítica é responsável por questionar e avaliar as consequências que tais avanços tecnológicos e de conhecimento podem provocar, se utilizados contra os homens.

Não é objetivo deste estudo classificar os estudos e pesquisas realizados anualmente no campo da Administração por suas vinculações à Razão Tradicional ou à Razão Crítica. Apesar dos levantamentos serem importantes para compreender os processos de ensino e pesquisa nessa área, entende-se que não é relevante uma tal classificação atribuindo às pesquisas certos *status* como uma forma de julgamento. O importante,



aqui, é considerar que a estrutura nuclear da Teoria Crítica está nas reflexões instigadas, na capacidade de provocar novas reflexões em relação ao campo da Administração e às formas como se produzem os saberes transmitidos nas práticas de ensino, além de questionar as razões por trás da razão que está construindo o conhecimento científico nessa área.

Desta forma, é preciso registrar os avanços da teoria crítica no campo da Administração, desde as publicações de Maurício Tragtenberg a partir do final dos anos 1970, até a incorporação da mesma, formalmente, em 2008, nos Encontros da ANPAD nas áreas de Estudos Organizacionais, Relações de Trabalho e Ensino e Pesquisa em Administração. Embora ainda sejam minoritários entre os trabalhos apresentados, os estudos com base na teoria crítica tiveram um importante incremento, como se pode verificar em uma simples visada nos Anais dos EnANPAD. Também é necessário destacar a importante presença dos estudos críticos nos Congressos Brasileiros de Estudos Organizacionais, que em 2016 realizam seu quarto evento.

A prática científica na Administração, apesar de majoritariamente mais próxima dos pressupostos da Razão Tradicional, tem revelado que a produção de conhecimento baseado na Razão Crítica é uma realidade em artigos, livros, teses e dissertações. Assim, se, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas está mais relacionado à Razão Tradicional, por outro, é esta mesma Razão que proporciona as contradições necessárias para a persistência da Razão Crítica, pois é a partir da crítica que, historicamente, o conhecimento novo emerge. Ainda que, atualmente, o ensino de graduação (e, igualmente de pós-graduação) em Administração e as pesquisas na área enfatizem os pressupostos da Razão Tradicional (e Instrumental), a recente valorização da teoria crítica pode se constituir em espaço relevante para a Razão Crítica como forma de conhecimento emancipador.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores 1985.

ASSOUN, Paul-Laurent. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Ática, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRONNER, Stephen Eric. **Da teoria crítica e seus teóricos**. Campinas: Papirus, 1997.

CASTORIADIS, Cornélius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

FARIA, José Henrique de. **Economia Política do Poder**. Curitiba: Juruá, 2004. 3 v.

FARIA, José Henrique de. **As Dimensões Epistemológicas em Administração**. Rio de Janeiro: Anais EnANPAD, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.

HORKHEIMER, Max. **Ocaso**. Espanha: Editorial Anthropos, 1986.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I – Max Horkheimer**. São Paulo: Perspectiva: Editora da USP, 1990.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

HORKHEIMER, Max. MARCUSE, Herbert. Filosofia e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max; MARCUSE, Herbert; ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Pura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, Guerra e Fascismo.**

São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARX, Karl. **Sociologia.** Coleção Grandes Cientistas

Sociais. São Paulo: Ática, 1979.

MARX, Karl. **Textos Escolhidos.** Coleção Os Pensadores.

São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São

Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política.

livro I. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.**

São Paulo: Boitempo, 2010.

MÈSZÁROS, Itsván. **Para além do capital.** São Paulo:

Boitempo, 2002.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o**

**socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da**

**filosofia:** do romantismo até nossos dias. São Paulo:

Paulus, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo.**

São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUSCONI, Gian Enrico. **Teoría Crítica de La Sociedad.**

España, Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1969.

SAINT-SERNIN, Bertrand. **A Razão no Século XX.** Rio

de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora, DF, UNB,

1998.